

# COOPERAÇÃO E AUTONOMIA FEMININA: O CASO DA FEIRA DE PRODUTOS COLONIAIS E COOPERATIVA DE MULHERES DE SÃO LUDGERO/SC

Suzane Grimm (UNESCO); Dimas de Oliveira Estevam (UNESCO); Giovana Ilka Jacinto  
Salvaro (UNESCO)

suzane.grimm@gmail.com; doe@unesco.net; giovanailka@gmail.com

Agência financiadora: EDITAL UNESCO/GP Nº 261/2015

GT 3 - Relações de gênero e étnico-raciais

## Resumo

A Feira de produtos coloniais da cidade de São Ludgero/SC, foi criada no ano de 2006 a partir da iniciativa de mulheres agricultoras familiares e artesãs locais, com objetivo inicial de comercializar diretamente seus produtos no mercado, valorizando a cultura local e o saber-fazer tradicional. Além da nova dinâmica criada na vida das participantes, a feira foi fundamental para fomentar a criação de uma cooperativa de mulheres agricultoras e artesãs, que iniciou suas atividades no ano de 2013, tendo como inspiração o modelo de cooperativa descentralizada. Neste artigo buscou-se estudar o processo de constituição da Feira de produtos coloniais e da Cooperativa de mulheres agricultoras e artesãs da cidade de São Ludgero/SC (Cooperação), tendo como protagonistas as mulheres e o papel da economia solidária na promoção da autonomia destas agricultoras e artesãs. O procedimento metodológico utilizado para realização do presente artigo foi a pesquisa bibliográfica e de campo, por meio de entrevista informal e observação sistematizada do cotidiano da feira da Cooperação. As mulheres agricultoras e artesãs da cidade de São Ludgero/SC, exercem papel fundamental na produção, comercialização e gerenciamento da Feira de Produtos Coloniais e da Cooperação, sendo que compõe a maioria no quadro de associados da cooperativa, do total de 28 cooperados, 25 são mulheres e apenas 03 são homens.

**Palavras-chave:** Economia solidária, divisão sexual do trabalho, agricultura familiar.

## Notas introdutórias

As mulheres foram historicamente ocultadas e tratadas como coadjuvantes numa história protagonizada pelos homens. Dessa maneira, os homens ocupam funções na vida pública, consideradas de maior importância, enquanto as mulheres desempenham atividades de menor destaque, realizadas no âmbito familiar, ditas como menos qualificadas, e, conseqüentemente, com remuneração menor, ou até mesmo sem remuneração. Na atualidade, os tempos são outros, mas trazem consigo diferentes desafios para as mulheres que enfrentam dupla jornada de trabalho, com diferenças salariais, dificuldade ao acesso a cargos executivos e uma lista extensa de atos discriminatórios em função do seu sexo.

Contudo, apesar das desigualdades em relação aos homens serem persistentes e naturalizadas, a luta por igualdade e direitos tem sua trajetória marcada desde a primeira metade do século XIX. Dentre os movimentos das mulheres por igualdade, pode-se citar a economia solidária que se apresenta como um movimento, que inclui diversas lutas de causas minoritárias e humanitárias. Uma das manifestações de resistência da economia solidária reside na organização de cooperativas. Em Santa Catarina, um dos modelos de cooperativas difundidos é a cooperativa descentralizada, as quais se diferenciam do modelo tradicional de cooperativas, porque o patrimônio pertence ao cooperado, ou seja, a produção é realizada na propriedade do/a agricultor/a, que utiliza a cooperativa para formalizar as atividades da propriedade e comercializar seus produtos com custos operacionais reduzidos. (ESTEVAM ET. AL, 2014).

Inspiradas no modelo de cooperativa descentralizada, a Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs (Cooperação), foi criada no município de São Ludgero, Santa Catarina, no ano de 2013, com o objetivo principal de comercializar diretamente seus produtos no mercado, e com isso, valorizar o trabalho das mulheres e da cultura local. Cabe ressaltar que a organização da Cooperação teve importante contribuição da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), que participou da formação do grupo, fornecendo treinamentos e fomentando a ideia da criação de uma Feira de produtos coloniais, para a comercialização dos produtos elaborados pelas agricultoras.

Nesta pesquisa buscou-se estudar o processo de constituição da Feira de produtos coloniais e da Cooperativa de mulheres agricultoras e artesãs da cidade de São Ludgero/SC, tendo como protagonistas as mulheres e o papel da economia solidária na

promoção da autonomia destas agricultoras e artesãs. Para melhor entendimento das particularidades do local onde o objeto de estudo está situado, foram pesquisados dados relativos ao município São Ludgero/Santa Catarina. Neste sentido, também se considerou como de extrema importância tratar da trajetória da Feira e da Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs, visando elucidar os caminhos trilhados até a concepção atual das atividades. A partir dessas etapas, pode-se compreender o processo de constituição da Feira de Produtos Coloniais e da Cooperação, tendo em vista atender aos objetivos da pesquisa.

Para compreensão do papel das mulheres na constituição da Feira e da Cooperação, buscou-se realizar entrevistas informais para apreensão da percepção dessas mulheres em relação a sua trajetória e aos desafios presentes e futuros que são percebidos por elas. Também foram utilizados dados secundários coletados do livro organizado pela Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), intitulado “Mulher, semente da vida: gestão coletiva e cooperativismo em São Ludgero, Santa Catarina”, escrito pelas autoras Teresinha Baldo Volpato e Juliana Köenig Duarte. O livro, publicado no ano 2017, retrata a trajetória das famílias que integram a Feira de Produtos Coloniais e a Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs (Cooperação).

Sendo assim, os procedimentos metodológicos utilizados para realização do presente artigo foram a pesquisa bibliográfica e de campo, por meio de entrevista informal e observação sistematizada do cotidiano da feira semanal da Cooperação, realizadas em de junho/2018.

### **Economia solidária e a busca pela visibilidade feminina no meio rural**

Fruto da luta de grupos minoritários e oprimidos, a economia solidária surgiu na primeira metade do século XIX como forma de reação à precarização do trabalho dos artesãos em razão do crescimento sem precedentes do capitalismo industrial. A consequência de um modelo de exploração da força de trabalho baseado no sistema liberal capitalista e movido pela Revolução Industrial gerou um processo de degradação da condição de vida da classe operária, com abusivas jornadas de trabalho, utilização da mão-de-obra infantil, condições de trabalho inadequadas, gerando todo tipo de enfermidades, além de muitos trabalhadores desocupados devido à substituição do trabalho de manufatura pelas grandes indústrias (ARROYO; SCHUCH, 2006).

Assim, desde o início, até os dias atuais, a economia solidária se apresenta como um movimento, que inclui diversas lutas de causas minoritárias e humanitárias, trazendo à

tona questões-tabus - por vezes esquecidas ou deixadas de lado pela falta de interesse da economia tradicional em resolvê-las, ou até mesmo pelo interesse em que estas não sejam resolvidas. Dentre diversas questões que a economia solidária abrange, contemporaneamente, encontra-se em evidência questões que emergem a partir de debates no campo da economia feminista. Coelho (2009, p. 128) observa que “a economia feminista está a (re) abrir questões mais amplas do que as habitualmente postas pelos economistas, questões essas que põem em causa os supostos adquiridos acerca de conceitos como os de trabalho, valor e bem-estar”.

As questões ligadas ao trabalho representam tamanha importância para os indivíduos na nossa sociedade, inclusive, o mesmo é assegurado como um dos direitos fundamentais registrados no artigo XXIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego” (ONU, 1948).

É incontestável a centralidade do trabalho na vida do ser humano contemporâneo, que promove por meio da sua força produtiva, em primeira instância, meios para garantir sua sobrevivência. Como resultado do emprego da sua mão-de-obra, o indivíduo adquire poder de compra e autonomia financeira, tornando-se parte de uma sociedade que se movimenta em função do capital. É também por meio do exercício do seu ofício que o sujeito cria uma identidade e se posiciona na sociedade.

No entanto, quando tratamos da situação das mulheres no mercado de trabalho, há muitas particularidades que devem ser consideradas, principalmente do que diz respeito às condições em que o trabalho feminino foi incorporado e está configurado nas dinâmicas do mercado. Muitas das questões que permeiam esta situação estão ligadas às inúmeras queixas que são naturalizadas no nosso cotidiano, como os relatos de sobrecarga de trabalho, gerada pela dupla jornada que as mulheres exercem quando trabalham fora de casa e mesmo assim são responsáveis pela maioria, ou por todas, as tarefas domésticas; além da diferenciação em termos salariais, dificuldades de ascensão hierárquica, entre tantas outras barreiras que culminam nas desigualdades entre os homens e as mulheres.

Esses pontos nos levam a questionar como as relações sociais se desenharam de tal modo que questões de gênero interferem em questões práticas, como por exemplo, o quanto determinado indivíduo deve receber por seu trabalho. Enquanto categoria de análise, Scott (1995, p. 86) define o gênero da seguinte forma: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” Entre outros

aspectos que podem ser destacados, no âmbito do presente texto, a compreensão do gênero como relacional possibilita analisar diferentes significados atribuídos às atividades realizadas por homens e mulheres.

No que se refere às atividades rurais, na obra intitulada de “o peso do trabalho leve”, Paulilo (2016) descreve a relatividade do significado de “trabalho leve”, demonstrando que o termo pode variar de acordo com o meio em que este conceito está inserido, por exemplo, em regiões onde a característica do trabalho, por si só, demanda extremo esforço físico, como em plantações de cana-de-açúcar, algumas atividades que ali são consideradas leves e realizadas por mulheres e crianças, em outras regiões, estas atividades são consideradas pesadas. O que não varia é a aplicação do conceito “leve” para trabalhos realizados por mulheres e “pesado” para trabalhos realizados por homens, independentemente de onde este conceito esteja sendo aplicado. E, juntamente com a definição deste conceito, vem o peso da remuneração, onde o “trabalho leve”, ou seja, realizado por mulheres e crianças, recebe uma remuneração expressivamente menor do que “trabalho pesado”.

Souza-Lobo (1991) afirma que de uma forma genérica pode-se pensar que a masculinização ou feminização de determinadas profissões ou tarefas se configura de forma natural, baseada no pressuposto de que: homens fazem trabalhos que exigem força, mulheres fazem trabalhos que reproduzem tarefas domésticas. No entanto, a autora frisa que mais do que a extensão dessas tarefas, são as regras da dominação de gênero que se produzem e reproduzem nas várias esferas da atividade social. Neste sentido, a autora discorre sobre as questões relacionadas à divisão sexual do trabalho, ressaltando a problemática da separação das atividades laborais entre o que é considerado masculino e feminino.

Forés (2012) observa que a divisão sexual do trabalho atribui aos homens o trabalho remunerado, visível, e associado ao âmbito público, ou seja, o trabalho que é considerado importante; já as mulheres ficam a cargo do trabalho de cuidados – que se caracteriza por ser um trabalho afetivo, porém pouco valorizado - gratuito, invisível e associado ao âmbito privado. No entanto, ressalta que o espaço público não poderia existir sem o privado, além de que o trabalho de cuidados é a base que permite a reprodução da sociedade. (FORÉS, 2012, tradução nossa). Menegon e Cenci (2015, p.2) afirmam que “a divisão de tarefas e de trabalho baseada no gênero (âmbito privado/doméstico para mulheres; âmbito público para homens), por séculos, sustentou a subordinação da mulher

perante o homem – seja o homem pai, enquanto solteira; seja o homem marido, enquanto casada. ”

A divisão sexual do trabalho é uma temática relevante não apenas no que tange às atribuições práticas das tarefas no ambiente profissional, mas também no que diz respeito à vulnerabilidade das atividades classificadas como femininas, que tem como consequência a divisão sexual da precariedade do trabalho, onde as mulheres ocupam posições no mercado de trabalho com características específicas: ganhos reduzidos, longas jornadas, e reduzido amparo legal, além de serem as primeiras e mais afetadas em situações de crise econômica. (HIRATA, 2011).

Cordeiro (2007, p. 6) observa que “na agricultura familiar, associada à divisão sexual há também uma divisão etária. Homens e mulheres, de acordo com a idade e o ciclo de vida familiar, ocupam posições diferenciadas na produção dos grupos domésticos. ” A agricultura familiar, é entendida nesta pesquisa de acordo com a conceituação apresentada por Wanderley (1996, p. 2), como “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.”

As posições ocupadas pelas mulheres na agricultura familiar são marcadas por uma forte divisão sexual do trabalho, que a condiciona a realizar atividades no âmbito privado, onde desempenha múltiplas tarefas, que na maioria das vezes não são consideradas trabalho. Mesmo quando as mulheres participam da esfera produtiva, realizando o mesmo trabalho que os homens, este é entendido como uma “ajuda” e não percebido como um trabalho produtivo. Desta forma, a mulher, especialmente na agricultura, é invisibilizada de diversas formas, tendo seu papel minimizado tanto no âmbito público, quanto no privado (GALIZONI; RIBEIRO, 2004). Cordeiro (2007, p. 8) contribui com esta reflexão ao observar que “dada uma rígida divisão sexual do trabalho pouco favorável às mulheres, há uma invisibilidade do seu potencial produtivo na agricultura familiar e uma subestimação de sua participação econômica”.

Neste sentido as iniciativas solidárias podem representar, para as mulheres rurais, uma alternativa de promoção da sua visibilidade na sociedade com a sua inserção nos círculos sociais, políticos e econômicos, visto que na sua essência a economia solidária busca exercer em suas práticas, através de seus princípios, a igualdade entre todos os participantes, inclusive no que diz respeito às questões de gênero. Singer corrobora com esta observação ao afirmar que “para os trabalhadores e trabalhadoras que foram estigmatizados por serem pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas da discriminação

por gênero e raça – a experiência cooperativa enseja verdadeiro resgate da cidadania” (SINGER, 2000 p. 27).

Guérin (2003), observa que as práticas da economia solidária têm para as mulheres um valor para além do retorno financeiro; elas oferecem um caminho promissor na luta em busca da igualdade entre homens e mulheres. Tais iniciativas tem especial impacto na revalorização das atividades de proximidade, na possibilidade de criação de espaços de diálogos e reflexões coletivas – as quais são essenciais para promover a discussão e a transformação do discurso da divisão sexuada dos papéis masculinos e femininos na sociedade – além de contribuir para diminuição da distribuição desigual das obrigações familiares. A autora ainda destaca que os espaços viabilizados pela economia solidária atuam como suporte para que as mulheres possam ter dignidade e se tornarem protagonistas de suas próprias vidas.

Considerando as reflexões realizadas acerca da participação da mulher na sociedade - e em especial na agricultura familiar, das implicações da divisão sexual do trabalho, e da economia solidária como uma alternativa para a promoção da visibilidade feminina, torna-se essencial a pesquisa empírica, não apenas como forma de análise de dados, mas principalmente como uma forma de narrar as experiências de mulheres que enfrentam cotidianamente condições tão adversas.

### **A constituição da Feira de Produtos Coloniais de São Ludgero/SC e a criação da Cooperação**

A Feira de Produtos Coloniais, nomeada pelos seus frequentadores de “Feirinha”, e a Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs (Cooperação), objeto de investigação desta pesquisa, ficam situadas no município de São Ludgero, localizado na região Sul de Santa Catarina, na microrregião de Tubarão, a 182 km de distância da capital do estado, Florianópolis. Segundo os dados do último Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, São Ludgero tinha um total de 10.993 habitantes, sendo 5.368 mulheres e 5.625 homens. A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade correspondia a 99,1%, e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) era de 0,755 em 2010, sendo classificado desta forma pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799).

A Feira de Produtos Coloniais e da Cooperação tem o objetivo de comercializar diretamente seus produtos no mercado, e com isso, valorizar o trabalho das mulheres e da

cultura local, conforme ressaltado por Volpato e Duarte (2017). Trata-se de um espaço de “produtos com valores históricos” que constituem patrimônio imaterial do município. Sua organização teve importante contribuição da Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), que participou da construção desses projetos entre os anos de 2002 e 2009. (VOLPATO; DUARTE, 2017).

Segundo Volpato e Duarte (2017), as ações desse projeto se iniciaram com a promoção de cursos profissionalizantes de floricultura voltados para a qualificação das agricultoras familiares, que tiveram resultados positivos na comunidade, atraindo assim a participação de outras agricultoras para um novo curso oferecido - o curso de processamento de hortaliças, preparo de conservas e temperos, massa de tomate e tomate seco - que teve como consequência posterior, o surgimento da ideia de comercializar esses produtos na cidade. A ideia foi concretizada em 07 de junho de 2006, quando, durante a semana do município, as agricultoras expuseram seus produtos na primeira feira, realizada no salão paroquial da igreja católica do Município de São Ludgero. Desde então, a feira passou a ser realizada em diversos formatos até chegar ao atual, que se caracteriza como um “quiosque”, situado em área central da cidade, constituído como sede própria. O quiosque foi construído com parcerias e investimentos de programas institucionais, recursos de iniciativa privada, mão-de-obra da prefeitura municipal de São Ludgero, e com recursos financeiros e mão-de-obra do próprio grupo. O terreno onde a construção está instalada pertence à prefeitura, desta forma o grupo paga aluguel mensal pela utilização.

Por meio da observação sistematizada do cotidiano da Feira e das entrevistas informais fornecidas pelas/os participantes, foi constatado que a Feira acontece todas as quartas e sextas-feiras das 007h00min às 18h00min, e nos sábados das 007h00min às 12h00min, e conta com a participação de 18 famílias que comercializam seus produtos. Os participantes seguem um cronograma de revezamento na realização de todas as atividades relacionadas ao estabelecimento: da comercialização dos produtos à limpeza do quiosque. Os principais produtos comercializados na Feira de produtos coloniais são: pães, salgados, bolos, cucas, bolachas, doces, geleias, compotas, chás, flores, além de frutas e verduras. E o produto com maior demanda é o tradicional bolo de manteiga, que tem como diferencial ser uma receita de família passada de geração para geração.

De acordo Volpato e Duarte (2017), como consequência da boa aceitação dos produtos pelos consumidores e do perceptível aumento das vendas, as agricultoras familiares da Feira de Produtos Coloniais, sentiram a necessidade de expandir as suas possibilidades de atuação e comercialização. O grupo então se movimentou na busca de



alternativas para atender a este anseio, e após muita pesquisa sobre o assunto, e por meio da experiência de uma das agricultoras e fundadoras da Feira, que era associada em uma cooperativa da região, foi cogitado a possibilidade da criação de uma cooperativa de mulheres. Desta forma, após muitos debates e reuniões, em 09 de maio de 2013, foi fundada a Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs (Cooperação) de São Ludgero, contando com 23 cooperadas/os, e tendo por maioria mulheres agricultoras. De acordo com dados informados pelas/os participantes da Feira e da Cooperação, em entrevista informal, atualmente a cooperativa conta com a participação de 28 associadas/os, sendo que destas/es 25 são mulheres, e 03 são homens. Cabe ressaltar que nem todos os participantes da Feira são associados da Cooperação, assim como, nem todos os cooperados participam da Feira de produtos coloniais.

A Cooperação se constituiu nos moldes de cooperativa descentralizada. Essas cooperativas se diferenciam do modelo tradicional de cooperativas, por que o patrimônio pertence ao cooperado, ou seja, a produção é realizada na propriedade do/a agricultor/a, que utiliza a cooperativa para formalizar as atividades da propriedade, que passa a atender legislações tributárias, fiscais e sanitárias e possibilita a comercialização dos seus produtos de forma legalizada, e o atendimento a mercados específicos. Desta forma, os custos operacionais são diluídos entre os/as cooperados/as, que conseguem tornar seus empreendimentos viáveis. (ESTEVAM ET. AL, 2014).

De acordo com Volpato e Duarte (2017), através da criação da cooperativa descentralizada, os associados tiveram a possibilidade de acessar dois programas governamentais voltados para agricultura familiar: o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Conforme esclarecido pelas/os participantes da Cooperação em entrevista informal, para melhor atender as demandas de comercialização para estes programas e para concentrar a produção da cooperativa em um só local, foi criado um Centro de Distribuição e Logística, que fica localizado no mesmo prédio da sede da Cooperação.

Segundo as/os entrevistadas/os, os cooperados são responsáveis por levar até o centro de distribuição e logística da Cooperação todos os produtos que devem ser entregues para atender as demandas dos contratos referente aos programas institucionais, respeitando as datas acordadas. Um dos cooperados, que possui um caminhão, é o responsável por realizar as entregas dos produtos, sendo que, para atendimento ao município de São Ludgero/ SC as entregas são realizadas semanalmente, e contam com uma variada gama de produtos, incluindo panificados, doces, geleias, bolachas, frutas,

verduras e ovos. Já para atendimento do contrato com o estado de Santa Catarina, as entregas são realizadas mensalmente em um único local, e posteriormente o estado distribui os alimentos de acordo com as necessidades de cada instituição. Para atendimento ao estado, os produtos comercializados são bolachas e doce de banana. As agricultoras atribuem essa diferença na variedade de produtos fornecidos para município e estado, às questões logísticas mais complexas e a conservação e validade dos alimentos, que no caso do estado são destinados as mais diversas e distantes regiões de Santa Catarina.

Também foi esclarecido nas entrevistas informais que, além das atividades de logística e de armazenamento, na sede da Cooperação, também são realizados os trabalhos administrativos e as reuniões mensais do grupo. Atualmente a cooperativa tem como administradora uma funcionária contratada, que trabalha durante meio período, todos os dias da semana e tem como principal função auxiliar as/os cooperadas/os nas demandas burocráticas relacionadas ao atendimento das licitações e vendas para programas governamentais.

Os cooperados ainda ressaltaram através dessas entrevistas, que tanto a produção dos alimentos para a comercialização na Feira, quanto a produção destinada aos programas governamentais, são processadas nas unidades familiares localizadas nas propriedades das/os agricultoras/es. Tal unidade passa por uma rotina de inspeção, gerenciada por alguns membros do grupo, que realizam visitas sem o conhecimento prévio das/os agricultoras/es, buscando fiscalizar o cumprimento das regras de produção e de higiene no processo produtivo. Cabe também destacar que, de acordo com o relato das agricultoras, a produção é realizada majoritariamente pelas mulheres, mesmo nas unidades onde o associado à cooperativa é o homem.

Ainda convém salientar a percepção das/os agricultoras/es sobre a relevância da renda gerada através da participação na Feira de produtos coloniais e na cooperativa, a qual foi relatada por meio das entrevistas informais. Para as/os associadas/os da Cooperação, a renda gerada por meio das vendas para programas governamentais é vista de forma positiva. Os cooperados ofertam os produtos com preços mais baixos, com o objetivo de serem competitivos na disputa pelos contratos – tendo conseqüentemente um percentual de lucro menor – no entanto, a venda é percebida como vantajosa devido ao grande volume gerado e a garantia de pagamento. Pelo fato de os pagamentos das vendas para programas governamentais serem realizados apenas nas datas acordadas em contrato, os valores gerados semanalmente com as vendas da Feira são entendidos como de extrema importância para incrementar o capital dos participantes. De acordo com o relato de uma

agricultora familiar e associada à Cooperação, a renda gerada pelas vendas através da cooperativa tem se mostrado significativo no orçamento familiar, sendo que 03 famílias que exerciam as atividades na Cooperação de forma secundária, passaram a tê-la como principal fonte de renda familiar.

De acordo com as observações sistematizadas realizadas no âmbito da Feira e da Cooperação, é perceptível que estes indícios têm levado as/os feirantes e cooperadas/os a se manterem confiantes em relação ao futuro dos empreendimentos, fazendo com que seus esforços sejam direcionados para a profissionalização dos processos e das pessoas. Um dos principais desafios relatados pelas participantes da Feira e da Cooperação é a necessidade de qualificação no processo de atendimento aos clientes e vendas, o qual é visto pelas/os feirantes como um ponto de extrema importância e que necessita ser aprimorado.

Outra questão que permeia os projetos para o futuro da cooperativa, a qual foi relatada pelas/os participantes por meio da entrevista informal, é o estudo para a diminuição dos custos dos produtos com o objetivo de torná-los competitivos o suficiente para a sua inserção e comercialização nos supermercados da região. No entanto, esta questão, na maioria das vezes, implica mudanças no processo de fabricação dos alimentos, especialmente a diminuição de custos por meio da utilização de produtos com qualidade inferior. Desta forma, esta expansão ainda permanece no campo das ideias até que uma solução melhor seja apresentada, visto que, os participantes da feira e da Cooperação não abrem mão da sua marca registrada ligada a qualidade dos seus produtos.

### **Mulheres agricultoras: autoestima, socialização e divisão sexual do trabalho**

Por muitos anos, as mulheres foram colocadas em uma posição secundária e inferior, sendo relegadas ao espaço doméstico, onde sua principal função era exercer o trabalho reprodutivo e de cuidados. Nesse cenário, sua autonomia era limitada, e as decisões de sua vida eram, de forma geral, tomadas por homens: seja seu pai quando solteira, ou seu marido quando casada. Seu poder de escolha, quando muito, era resumido às decisões do lar. Com o passar dos anos, e com os ganhos conquistados a duras penas pelos movimentos de luta e reivindicatórios dos direitos das mulheres, o cenário mudou em alguns aspectos, e se manteve e muitos outros. Apesar de na atualidade, ainda haver muitas desigualdades de gênero, alguns ganhos podem ser observados em função da maior aceitação das mulheres no mercado de trabalho. É notável, por exemplo, o poder que a

autonomia financeira exerce na autoestima desses sujeitos, que por tantos anos foram considerados inferiores e incapazes de exercer as mesmas funções que os homens.

Para Volpato e Duarte (2017), autoras do livro sobre as mulheres agricultoras e artesãs de São Ludgero/SC, a vida dessas mulheres foi modificada pela atividade na Feira. O movimento possibilitou as participantes terem uma fonte geradora de renda por meio do seu trabalho, além de promoverem a preservação das receitas de família e a valorização do saber-fazer tradicional, o que se refletiu diretamente na melhora da autoestima dessas mulheres. Este fato pode ser evidenciado na declaração de uma das participantes da feira, em sua entrevista relatada no livro, onde a mesma destaca a condição das agricultoras, não somente como sujeitos capazes e hábeis, mas também aptos a produzirem produtos com qualidade e potencial para a venda.

Nós, agricultoras, somos capazes de fazer algo e temos condições de mostrar receitas deliciosas. Aí surgiu um grupo que queria comercializar. Acho que este foi o embrião de um grupo com coragem de meter a cara e mostrar nossas habilidades tendo o gostinho de ganhar o nosso dinheiro (Salette Soethe Fuchter, apud VOLPATO; DUARTE 2017, p. 22).

Cabe salientar ainda o trecho em que a agricultora se refere à importância que a comercialização dos produtos na feira teve para fomentar a sua renda. Ao mencionar “o gostinho de ganhar o nosso dinheiro”, o relato nos remete a particular característica na história das mulheres, especialmente na agricultura familiar, onde o trabalho das agricultoras na maioria das vezes não gera nenhuma remuneração para elas, pois este trabalho “geralmente aparece como ‘ajuda’, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles.” (BRUMER, 2004, p. 210).

Para Cordeiro (2007), apesar de a agricultura contar com um grande número de mulheres trabalhadoras, poucas são as que recebem algum retorno financeiro pelo seu trabalho, sendo que a maioria das trabalhadoras declaram a sua produção como sendo para o próprio consumo e trabalho não remunerado. Para a autora, este cenário indica a posição que o trabalho feminino ocupa na agricultura familiar.

A renda gerada por vias do trabalho remunerado pode se apresentar como uma forma de tornar as mulheres independentes do marido e mais participantes na tomada de decisão tanto no ambiente doméstico como para as transformações da sociedade. Muitas são as críticas à exploração capitalista do trabalho remunerado, no entanto, deve-se levar em consideração as muitas conquistas que os movimentos sociais, especialmente o movimento de mulheres agricultoras, alcançaram por meio do trabalho remunerado. (PAULILO, 2016).

Desta forma, em se tratando da participação das mulheres na sociedade, o trabalho tem uma função especialmente importante, pois além de gerar a fonte de renda e permitir alguma forma de autonomia financeira, é através dele que ocorre a socialização desses sujeitos que foram historicamente deixados à margem da sociedade e restritos ao seu papel desempenhado no ambiente doméstico, executando atividades de menos destaque, realizadas no âmbito familiar, e classificadas como menos qualificadas.

No contexto do presente artigo, a Feira de produtos coloniais se caracteriza como um dos principais espaços em que ocorre a socialização das mulheres agricultoras e artesãs de São Ludgero/SC. Estevam et al. (2014, p. 170) ressaltam as particularidades do ambiente das feiras, destacando que “[...] as feiras livres são espaços de socialização e de trocas culturais, que articulam num mesmo local produção e comercialização, gerando outros significados nas relações de troca”.

As autoras do livro sobre a Feira de produtos coloniais e a cooperativa de mulheres de São Ludgero/SC, destacam a intensa e agregadora troca de experiências e impressões que acontece em função do contato entre produtoras/es e consumidoras/es. “Não significa apenas a comercialização de produtos. Ativa-se um canal de comercialização sem descuidar dos demais aspectos em um local em que há troca de receitas, de vivências e experiências de vida”. (VOLPATO; DUARTE, 2017, p. 37). A importância da Feira na dinâmica social da vida dessas mulheres, pode ser percebida no recorte da entrevista de uma das participantes conforme segue abaixo:

Gosto de participar da Feira, pois nós conversamos e rimos bastante, conhecemos o que pode ser melhorado, tanto na apresentação dos produtos, nas regras de comercialização e a nossa própria convivência, buscando sempre se aperfeiçoar e servir melhor a população. (Andréia Becker Peters, apud VOLPATO; DUARTE 2017, p. 25).

Quando a agricultora menciona “se aperfeiçoar para servir melhor a população”, cabe destacar que foi fundamental o incentivo e fornecimento de treinamentos a essas agricultoras durante e após a formação da Feira para fomentar sua visão empreendedora e oportunizar o seu crescimento profissional e pessoal. Volpato e Duarte (2007, p. 26) destacam que “Foram muitas horas de cursos de planejamento, capacitação e aprimoramento. Nem sempre foram cursos profissionalizantes, muitas vezes os temas abordavam as relações humanas, a confiança, o papel social da mulher na sociedade”.

Os cursos e treinamentos proporcionaram não só a oportunidade de aprendizado em diversas áreas, como também viabilizaram espaços de convivência entre as agriculturas e artesãs. Aos poucos, as participantes da Feira sentiram naturalmente a necessidade de

manter e ampliar esses espaços e momentos de interação. No recorte da entrevista a seguir, é possível evidenciar a importância dos espaços de convivência criados pela Feira:

No nosso grupo somos em treze famílias que se unem para que a Feira continue sendo a melhor, todos se sintam bem, todos são, nós somos uma família, conhecidas no campo, na cidade, no interior, nós temos quem faz aquele café, o sabor de um chá, comilança. Cada família tem um fim de semana para ser responsável. Na Feira é muito bom conhecer, fazer amizades, muitas pessoas boas que a gente não via mais, ali pode se encontrar, conversar, aprender, sorrir, bater fotos, é uma festa. Formamos mais uma família feliz, é um lugar que eu me sinto muito bem. (Pascolina Wernck Weber, apud VOLPATO; DUARTE 2017, p. 24).

É importante ressaltar que, no relato acima citado, ao mencionar que “cada família tem um fim de semana para ser responsável”, a agricultora está se referindo ao hábito implementado pelas participantes de realizar reuniões itinerantes, onde todo mês, uma família diferente abre as portas da sua casa para receber todo grupo. Tais espaços, inicialmente pensados para discutir e organizar as questões relativas à feira, tornaram-se espaços de socialização entre os participantes do empreendimento e suas famílias. Para Volpato e Duarte (2007), as reuniões itinerantes, propiciaram a criação de espaços de trocas e estimularam um ambiente de confiança, e esses “espaços de sociabilidade” foram a chave para a manutenção do grupo ao longo dos anos.

Para Wanderley (1996), a família é parte fundamental do que compõe a estrutura produtiva da agricultura familiar, a qual está atrelada intimamente aos fatores de produção e de trabalho. Por se tratar de um empreendimento da agricultura familiar, existe visivelmente um elo muito forte, entre as agricultoras e artesãs e a participação de suas famílias nos negócios da Feira. Volpato e Duarte (2007), retratam a participação de outros membros da família nos negócios da Feira de produtos coloniais ao citar o envolvimento dos jovens em determinadas funções do empreendimento.

A comercialização sempre se deu de forma coletiva com o apoio de um sistema de códigos de barra de produtos e produtores muito bem manejado pelos jovens, filhos/as das agricultoras, os quais por um bom tempo, foram responsáveis por fechar o fluxo de caixa da Feira, o controle de gastos mensais para a manutenção do ponto de comercialização e o relatório de vendas semanal e mensal. (VOLPATO; DUARTE, 2007, p. 23).

Pode-se perceber a tendência de os jovens participarem de etapas administrativas na organização da Feira de produtos coloniais de São Ludgero/SC. Tal afirmativa pode ser corroborada com o trecho do livro em que as autoras descrevem a divisão acordada entre o grupo para os trabalhos realizados pelos jovens. Volpato e Duarte (2007, p. 39), afirmam que “Após diversas etapas de gestão, chegou-se a algumas definições, inseridas no

regimento interno próprio, em que os jovens gerenciam a área financeira, a produção de rótulos, os pagamentos e a manutenção do local de venda. ”

Para Salvaro e Estevam (2017, p. 155), “de modo geral, na unidade familiar, ocorre uma divisão sexual e geracional, com participação laboral diferenciada de homens e mulheres (pai e mãe, filhos/as e netos/as) em atividades de produção agropecuária e domésticas”. Corroborando tal afirmativa, Cordeiro (2007) aponta que a forma de organização da agricultura familiar é pautada em torno de dois eixos principais, o gênero e a geração. Para a autora, as relações são organizadas de tal forma que a idade e o ciclo de vida familiar impactam nas posições que cada membro ocupa na produção dos grupos domésticos.

Wanderley (1996) trata de uma particularidade na agricultura familiar, no que diz respeito à sucessão entre as gerações. A autora descreve que, as ações das famílias agricultoras em se tratando do processo produtivo e das relações de trabalho são pensadas tanto na sua importância para a subsistência da família no presente, como para a possibilidade de assegurar a perpetuação das próximas gerações. No caso da Feira e da Cooperativa de mulheres agricultoras e artesãs de São Ludgero/SC, podemos constatar no relato a seguir, de uma das fundadoras do empreendimento e atual Presidente da Cooperativa, a sucessão de algumas atividades que eram desempenhadas por ela, e agora passaram a ser realizadas por sua filha.

No início, eu não faltava nenhum dia nas quartas e sábados. Aí, surgiu a ideia de abrir na sexta. Eu ia também. Agora tem a Rafaela, minha filha, que atende lá. Eu fico produzindo os produtos que levo. Minha filha está com 20 anos. Eu aposentada, tirei a carteira de habilitação este ano, e é isso. (Salette Soethe Fuchter, apud VOLPATO; DUARTE 2017, p. 54).

Além do relato acima, onde a agricultora sugere a sucessão de atividades na Feira pelos mais jovens, por outro lado, também existe o fato de haver o desejo desses sucessores de darem continuidade aos negócios da família. No relato a seguir, de uma filha de agricultora participante da Feira, pode-se perceber sinais que demonstram a admiração e a vontade de perpetuar o empreendimento familiar.

Eu me vejo sim, futuramente na cooperativa. Desejo seguir os passos da minha mãe, continuar a fazer o que ela produz e, se possível continuar trabalhando na Feira. (Amanda Werncke Galvan, apud VOLPATO; DUARTE 2017, p.53).

Ainda em relação à participação da família na Feira e Cooperativa constituídas majoritariamente por mulheres em São Ludgero/SC, cabe pontuar a relação que os maridos dessas mulheres estabeleceram a partir desta nova realidade, e que são retratadas no livro

de Volpato e Duarte (2017). Na entrevista destacada a seguir, uma filha de agricultora, especifica a divisão do trabalho entre mulheres e homens na Feira:

Em março de 2008 estávamos de casa nova. Todos os sábados de manhã a Feira abria logo cedo para a montagem para mais um dia, mesas ainda eram montadas, mas era algo nosso, que tínhamos conquistado juntos; as mulheres cuidavam das vendas e os homens ficavam nos bastidores na mesa e no banco do café, sempre realizavam um churrasco perto do meio-dia com doações de quem ia chegando para bater um papo. (Bruna França, apud VOLPATO; DUARTE 2017, p.44).

Para Brumer (2004), especificamente no meio rural existem fatores que influenciam fortemente na posição que homens e mulheres ocupam na distribuição das atividades. Um dos fatores, que a autora cita, é a atribuição às mulheres de determinadas atividades, as quais são justificadas por algumas qualidades que as mulheres supostamente possuem por natureza ou por aquisição, através do processo de socialização. Dentre essas características, está a maior docilidade atribuída as mulheres. Sendo assim, algumas atividades são consideradas tipicamente femininas e outras masculinas, gerando uma divisão sexual do trabalho.

No relato abaixo, podemos observar uma entrevista de um marido de uma das agricultoras participantes da Feira, onde o mesmo menciona a importância que a Feira tem na dinâmica de sua vida, assim como sua contribuição com o empreendimento.

Nesses 10 anos que participamos da Feira acho que só 2 ou 3 sábados não fui. Lá é um lugar onde me divirto com piadas, com histórias contadas por gente de toda raça e cor, aprendi muito a me relacionar com as pessoas. Naquele banco é divertido, tomamos chá e café, só saio para dar uma voltinha que precisa, depois sento ali e fico conversando. Quando não dá para ir lá nos sábados de manhã, não sei mais ficar em casa. Me dá vontade de ir. Se depender de mim, vou continuar até quanto a Salete precisar de motorista. (Renato Fucher, apud VOLPATO; DUARTE 2017, p. 37).

Nota-se que, mesmo os maridos estando presentes em algumas atividades, as mulheres se destacam e ocupam a posição de protagonistas nas atividades da Feira de produtos coloniais e na Cooperação. Para Guérin (2003), as mulheres são frequentemente as protagonistas em atividades ligadas à economia solidária, e muitas vezes essas iniciativas, quando reconhecem de forma justa valor do trabalho feminino, conseguem oferecer uma oportunidade inédita para se avançar na luta contra as desigualdades entre homens e mulheres.



## **Considerações Finais**

Muitos foram os desafios impostos às mulheres no decorrer da história. E muitas ainda são as questões a serem resolvidas para alcançar a igualdade de direitos entre homens e mulheres. No entanto, há que se considerar os avanços em algumas frentes relacionadas a esta temática obtidos nos últimos séculos. Tais avanços não foram conquistados sem lutas, pelo contrário, foram alcançados através dos esforços de muitos indivíduos e de organizações da sociedade civil, especialmente de movimentos reivindicatórios e com propósitos voltados para causas minoritárias e humanitárias. Alguns desses movimentos surgem inicialmente para atendimento a questões específicas, como por exemplo, a Economia Solidária, que não tem as mulheres como cerne da luta, contudo, com o tempo tem se apresentado como uma forma de promover a autonomia feminina.

As mulheres agricultoras e artesãs participantes da Feira de Produtos Coloniais e da Cooperação de São Ludgero/SC vêm conquistando seu espaço ativo na sociedade através do seu protagonismo nos empreendimentos de economia solidária gestados e concretizados por elas. Através das participações em cursos de aperfeiçoamento, e do olhar atento para o valor dos produtos que são capazes de elaborar, a autoestima dessas mulheres se potencializou, e como fruto surgiu a Feira de Produtos Coloniais. Por meio da socialização entre os membros do grupo e a sociedade, foram sendo construídas relações profissionais e pessoais que deram base para que um passo maior fosse dado em direção à expansão do empreendimento: a criação de uma cooperativa descentralizada, a Cooperação.

As mulheres foram se profissionalizando, assim como a sua organização. Nota-se a distinção das atividades, com a participação dos jovens em processos que requerem maior uso de tecnologias. A estrutura física da cooperativa foi ampliada, e hoje existe uma sede que comporta também um Centro de Distribuição Logística, que visa facilitar as entregas para os programas governamentais. Contudo, apesar de algumas mudanças, algo que não se modificou ao longo dos anos é o fato de as mulheres serem a maioria tanto na participação da Feira de Produtos Coloniais quanto na Cooperação, sendo percebidas desta forma, como elementos fundamentais na produção, comercialização e gerenciamento do empreendimento.

## Referências bibliográficas

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária: A alavanca para um desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 12, n. 1, p. 205-227, Jan./Abr. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104-026X2004000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-026X2004000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)> Acesso em: 16/04/18

COELHO, Lina. **Economia feminista**. In: CATTANI, Antonio David. et al. (Org.) **Dicionário Internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 128-133

CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. Agricultura familiar, trabalho feminino e ação coletiva. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL, 14., 2007, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ABRAPSO, 2007. p. 1-13. Disponível em: <[http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab\\_completo\\_187.pdf](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_187.pdf)> Acesso em: 01/04/18

ESTEVAM, Dimas de Oliveira, et al. **Feiras livres e mercados de proximidades: estudo sobre o perfil dos/as consumidores/as na região sul catarinense**. In: ESTEVAM, Dimas de Oliveira; MIOR, Luiz Carlos. (Org.) **Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Insular, 2014. p. 161-186

FORÉS, Estefanía García. Ecofeminismos Rurales: mujeres por la soberanía alimentaria. **Revista Soberanía alimentaria**, biodiversidade y culturas, Barcelona, v. 1, p. 1-44, out. 2012. Disponível em: <<http://www.soberaniaalimentaria.info/images/estudios/ecofeminismos.pdf>>. Acesso em: 01/04/18

GALIZONI, Flávia Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Trabalho feminino na agricultura familiar do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. **Anais eletrônicos...** Brasília: SOBER, 2004. Disponível em: <[http://norte.asminasgerais.com.br/arquivos/album/376/arq\\_2532.pdf](http://norte.asminasgerais.com.br/arquivos/album/376/arq_2532.pdf)> Acesso em: 01/04/18

GUÉRIN, Isabelle. Sociologia econômica e relações de gênero. In: EMÍLIO, Marli. et al. (Org.) **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 71-88

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social do trabalho: Brasil, França, Japão. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 13-20, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a02v24nspe1.pdf>> Acesso em: 01/04/18

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-ludgero/panorama>> Acesso em: 03/04/18

MENEGON, Carolina; CENCI, Daniel Rubens. As potencialidades da economia solidária para a transformação das relações de gênero. In: **Coloquio internacional de economia social y solidaria en un contexto de multiculturalidad, diversidad y desarrollo territorial**, Mendoza, 15 a 17 de abril de 2015. Disponível em: <[http://www.socioeco.org/bdf\\_fiche-document-3946\\_pt.html](http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-3946_pt.html)> Acesso em: 01/04/18

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. **ONU Brasil**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>> Acesso em: 08/03/2018

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Editora UFSC, 2016.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira. Considerações sobre a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar do sul catarinense. **Revista P2P & INOVAÇÃO**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 146-160, Mar./ Set. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21721/p2p.2017v3n2.p146-160>> Acesso em: 16/04/18

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade. Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, jul/dez, 1995.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho dominação e resistência**. São Paulo: Editora brasiliense, 1991.

VOLPATO, Teresinha Baldo; DUARTE, Juliana Köenig. **Mulher, semente da vida: gestão coletiva e cooperativismo em São Ludgero, Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2017.

WANDERLEY, Nazaré. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Caxambu, 1996. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-5.pdf>> Acesso em: 01/04/18